



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Meio Ambiente e Patrimônio Cultural -

ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE COORDENAÇÃO DE 2019

Às dezessete horas do dia trinta e um de janeiro de dois mil e dezenove (2019), na sala de reunião da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (4ª CCR), teve início a Primeira Sessão Extraordinária de Coordenação da Câmara, com a presença dos Membros Titulares Nívio de Freitas Silva Filho, Coordenador, Nicolao Dino de Castro e Costa Filho e Darcy Santana Vitobello; dos Membros Suplentes Julieta Fajardo Cavalcanti de Albuquerque, Fátima Aparecida de Souza Borghi, por videoconferência, e Ana Paula Mantovani Siqueira; e do Secretário Executivo, Daniel César Azeredo Avelino. O Coordenador saudou a todos e deu início aos trabalhos com breve explanação sobre as reuniões com os procuradores da República que estão atuando na investigação do rompimento da barragem I da Mina de Feijão em Brumadinho/MG, realizadas nos dias vinte e nove e trinta de janeiro último em Minas Gerais. Em seguida o Colegiado iniciou a análise do texto das recomendações a serem encaminhadas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), à Agência Nacional de Mineração (ANM) e à Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad), alertando para a necessidade do Poder Público exigir que as mineradoras apresentem plano de gerenciamento de resíduos sólidos, ajudem no financiamento de pesquisas voltadas à sustentabilidade na mineração e contratem seguro para cobertura de danos a terceiros e ao meio ambiente. Os textos foram aprovados com o seguinte teor: **Recomendação nº 1/2019 – 4ª CCR à ANM** - “que: 1. Se exija dos empreendedores a título de medida compensatória, o **financiamento de pesquisas científicas** voltadas à redução da geração de resíduos e ao reaproveitamento dos resíduos da mineração. 2. Emita norma que estabeleça que o Plano de Aproveitamento Econômico de Lavra (PAE) **não permita barragens de mineração** (Portaria ANM 70.389 de 17/5/2017), para contenção de rejeitos **pelo método de alteamento a montante**; 3. Emita norma para **análise e aprovação dos aspectos de segurança nos projetos** barragens de mineração (Portaria ANM 70.389 de 17/5/2017); 4. Emita norma para que na **fiscalização das barragens de mineração** (Portaria ANM 70.389 de 17/5/2017), se leve em consideração, não somente a estrutura do barramento, mas também a sua localização, no que se refere aos riscos especificados no Plano de Ação de Emergências para Barragens de Mineração – PAEBM; 5. Determine aos mineradores que, imediatamente, apresentem cronograma de **retirada da população a jusante de suas barragens** que ocupem a zona de autossalvamento, tal como conceituada na Portaria ANM 70.389 de 17/5/2017; 6. Determine aos mineradores que apresentem o projeto de descomissionamento das barragens de mineração (Portaria ANM 70.389 de 17/5/2017), com alteamento a montante em todo território brasileiro; 7. Exija a contratação de seguro, envolvendo a cobertura de danos a terceiros e ao meio ambiente, para empreendimentos minerários. O seguro deve prever cobertura contra quaisquer falhas das barragens de mineração, com previsão de indenização por danos corporais, inclusive morte, danos materiais e danos morais, bem como a recuperação das áreas degradadas. 8. A ANM amplie seu quadro técnico para a fiscalização de segurança de todas as barragens de mineração, bem como forneça as estruturas e condições necessárias à adequada fiscalização.”; **Recomendações nº 2 e 3/2019 – 4ª**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Meio Ambiente e Patrimônio Cultural -

CCR ao Ibama e Semad “que: 1. Na deliberação a respeito de pedidos de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos voltados à lavra de minério, seja desincentivada a **utilização de barragens de mineração** (Portaria ANM 70.389 de 17/5/2017), com a exigência de que o empreendedor contemple em seu plano de gerenciamento de resíduos sólidos: a) a utilização de técnicas que reduzam a geração de resíduos (rejeitos de mineração etc), implementando maior eficiência no processo produtivo; b) a destinação ambientalmente adequada de percentual dos resíduos (rejeitos de mineração etc), com sua reutilização no mesmo ciclo ou em outros ciclos produtivos (logística reversa); e que este percentual seja progressivamente elevado ao longo da validade da licença, de acordo com a melhor capacidade técnica possível, por meio de metas de reutilização previamente estipuladas; c) a filtragem (ou desaguamento) e disposição em forma de pilhas de resíduos (rejeitos de mineração etc) que não sofrerem destinação adequada, sempre que for tecnicamente possível; d) apenas permitindo a utilização da técnica de disposição em barragens de mineração para o percentual que ficar comprovada, por meio de estudo técnicos, a inviabilidade de adoção de qualquer das formas acima previstas. 2. Se exija dos empreendedores, quando da concessão do licenciamento ambiental, a título de medida compensatória, o financiamento de pesquisas científicas voltadas à redução da geração de resíduos e ao reaproveitamento dos resíduos da mineração. 3. Abstenha-se de emitir licenças ambientais que contemplem a construção de barragens de mineração pelo método de alteamento a montante; 4. Em todas as concessões e renovações de licenças ambientais, se exija das empresas a apresentação periódica de auditoria externa independente, realizada por empresa idônea, que assegure as condições de segurança das barragens de mineração e cumprimento da legislação, a que se dará publicidade. 5. Exija a contratação de seguro, envolvendo a cobertura de danos a terceiros e ao meio ambiente, para empreendimentos minerários. O seguro deve prever cobertura contra quaisquer falhas das barragens de mineração, com previsão de indenização por danos corporais, inclusive morte, danos materiais e danos morais, bem como a recuperação das áreas degradadas.”. Ainda com relação ao caso do rompimento em Brumadinho/MG e à segurança das demais barragens, o Colegiado, por unanimidade, proferiu as seguintes deliberações: 1) criação de duas forças-tarefa, a primeira, específica para atuação no caso de Brumadinho com a estrutura necessária, o escopo de atuação e os membros que a integração definidos a partir de construção coletiva e dialogada e em consonância com o princípio constitucional do procurador natural; a segunda, com âmbito de atuação nacional, para intervir preventivamente no tema e adotar medidas que aumentem o nível de segurança das barragens; 2) envio de ofício circular a todos os procuradores-chefes solicitando que informem o interesse da unidade em participar do referido trabalho e que indiquem membros interessados em construir, em conjunto com a Câmara, o formato concreto de atuação da força-tarefa, bem como integrá-la; e 3) solicitar a distribuição antecipada da questão, no âmbito da PGR, para a definição dos subprocuradores-gerais da República que atuarão no caso nas esferas cível (tutela coletiva) e criminal perante o STJ. Nada mais havendo a tratar, eu, Kátia Leda de Oliveira, Assessora de Coordenação, lavrei a presente ata que segue assinada pelos participantes.

NÍVIO DE FREITAS SILVA FILHO
Coordenador da 4ª CCR
Subprocurador-Geral da República

NICOLAO DINO
Membro da 4ª CCR
Subprocurador-Geral da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Meio Ambiente e Patrimônio Cultural -

DARCY SANTANA VITO BELLO
Membro da 4ª CCR
Subprocuradora-Geral da República

JULIETA E. FAJARDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Membro da 4ª CCR
Subprocuradora-Geral da República

FATIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI
Membro da 4ª CCR
Procuradora Regional da República

ANA PAULA MANTOVANI SIQUEIRA
Membro da 4ª CCR
Procuradora Regional da República

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO
Secretário Executivo da 4ª CCR
Procurador da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00040765/2019 ATA**

Signatário(a): **DARCY SANTANA VITOBELLO**

Data e Hora: **01/05/2019 15:53:36**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **ANA PAULA MANTOVANI SIQUEIRA**

Data e Hora: **01/02/2019 16:23:53**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **NIVIO DE FREITAS SILVA FILHO**

Data e Hora: **01/02/2019 17:36:18**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JULIETA ELIZABETH FAJARDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**

Data e Hora: **01/02/2019 16:14:16**

Assinado com certificado digital

Signatário(a): **NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO**

Data e Hora: **12/02/2019 13:42:26**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **DANIEL CESAR AZEREDO AVELINO**

Data e Hora: **14/02/2019 15:36:44**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 4E2F3D14.9E107198.FEAA79F6.792ADDAE